

Dinâmicas de Mobilização e Protesto na Sociedade em Rede¹

Franciani Bernardes Frizera²

Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES

Resumo

Os usos interativos proporcionados pelas novas tecnologias da comunicação têm sido utilizados como uma forma de estar no mundo e dar um maior significado a ele. Nesse sentido as novas tecnologias da informação e da comunicação têm contribuído para reestruturar formas de organizações coletivas e de protestos. A partir de uma análise bibliográfica este trabalho tem como objetivo apontar as principais características e tendências das mobilizações sociais contemporâneas que marcaram o cenário global a partir de 2009 com marchas e mobilizações no Oriente Médio, Europa, Estados Unidos e América Latina.

Palavras-chave: movimentos sociais; tecnologias da informação e da comunicação; brechas digitais; internet.

Introdução

Ao longo dos anos que abarcam a existência dos estudos sobre os meios de comunicação, o conceito de "audiência" foi adaptando-se às condições sociais de cada período. O maior interesse científico pelo público, tanto como um fenômeno sociológico como cultural começou nos anos 1980, porém no início do século XX a relação entre o público e os veículos midiáticos já eram objetos de investigação. A natureza conceitual do que ficou conhecido como "audiência" começou a formar-se também nesse período. Até então, esse termo significava qualquer pessoa que utiliza qualquer meio de comunicação, em qualquer circunstância. As pesquisas nessa área foram algo lentas, especialmente se comparadas aos avanços dos estudos de mercado que iniciaram com maior evidência nos anos 1970.

Os primeiros trabalhos publicados sobre os meios de comunicação consideravam os membros da audiência como consumidores passivos, e indicavam que os programas de

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Espaço e Cidadania do XVI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFES, e-mail: franbernardess@gmail.com.

televisão tinham total influência sobre eles. Era um período no qual as pesquisas estavam orientadas a denunciar os riscos diante da exposição aos meios, principalmente da televisão. Também definem as audiências como massivas. O termo é usado não no sentido de quantidade, mas no conjunto de pessoas “aisladas, segregadas, interdependientes y desvinculadas, que se vem igualmente expuestas y afectadas como seres alienados, sin masa crítica y sin opciones de resistência” (TORRECILLAS, 2011). Acreditavam que essas pessoas se transformariam em verdadeiros zumbis, perfurados pela ideologia burguesa ou entorpecidas por desejos consumistas (MORLEY, 1996: 37).

O principal modelo para o estudo da comunicação coletiva nos anos 1930 é o da Teoria Hipodérmica, considerado mais uma tendência que um modelo teórico, em sua base de análise defende a ideia de que os meios têm efeitos diretos e imediatos nos cidadãos. Os membros da audiência eram pessoas consideradas como seres desvinculados de seu contexto social e sem laços culturais com as pessoas que estavam ao seu redor.

Nesse período a compreensão do que se conhecia como receptor foi sendo classificada de várias formas: de manipulado, persuadido, influenciado, entre outras possíveis denominações. No entanto, contra a ideia de passividade, McQuail defende, nos anos 1980, o pressuposto de que o avanço tecnológico dos meios de comunicação e a consequente interação do usuário com essas tecnologias, favorecia um papel mais ativo do público. A partir desse momento, começa-se a formar, no campo da comunicação de massa, as diferenças entre as naturezas de audiência: como mercado ou como massa além de agregados de espectadores, leitores e telespectadores, entre outros (KNEWITZ, 2009).

Nos anos 1990, Orozco (1996) também contradiz o caráter passivo atribuído à audiência. Para ele os espectadores participam como interlocutores do meio e não apenas como meros espectadores. O público é reconhecido não só como sujeito ativo diante da tela mas também "como um agente social e membro de uma cultura em suas múltiplas interações com a TV" (OROZCO, 1996: 30). Neste mesmo período, Nightingale (1999) chamou a atenção das pessoas sobre as questões que haviam sido ignorados até então: que os indivíduos eram cidadãos, pessoas com responsabilidades cívicas, dignas de uma verdadeira informação dos meios.

O caráter ativo da audiência é o posicionamento no campo dos estudos da comunicação que vai direcionar uma linha de pesquisa que se caracteriza por reverter o clássico esquema emissor-mensagem-receptor, ao centrar os sujeitos como protagonistas do processo comunicativo, colocando-os em um lugar epistemológico principal. O objeto de

estudos se transformou em uma audiência capaz de integrar as mensagens em sua lógica de atividades rotineiras e em suas práticas materiais e simbólicas prévias. Verifica-se, por meio desses estudos, a complexidade que sempre envolveu o processo de posicionamento do receptor no contexto social.

Atualmente a natureza dos problemas levantados nos estudos sobre os meios de comunicação são radicalmente diferentes assim como os métodos empíricos utilizados para compreendê-los e explicá-los. Estudar o uso e consumo dos meios de comunicação no contexto das novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), é um procedimento ambíguo, de continuidade e ruptura (KNEWITZ, 2009).

Atualmente a comunicação digital conecta dispositivos, dados, pessoas, organizações, como uma ampla formação de redes sociais, como uma malha que cobre tudo e todos. A internet é o primeiro canal de comunicação capaz de permitir aos indivíduos e ações coletivas comunicar-se de forma autêntica e espontânea com uma audiência local e global (Downing, 2001). Nesse viés comunicacional a atividade dos usuários que mais se destaca é o uso das redes sociais, utilizadas em todos os tipos de atividades, não apenas para fazer amizades ou manter conversas em círculos de amigos já instituídos, mas também usadas para fins educativos, culturais, comerciais, de saúde e também para ativismo político (CASTELLS, 2013). Experimentamos uma sociedade que vive em rede diversos aspectos da vivência humana. Segundo o autor as pessoas em suas redes evoluem conjuntamente em interações múltiplas e constantes. Há um híbrido, em sua visão, entre as redes virtuais e as redes da vida real.

É certo que esse novo viés comunicacional que tem alterado a forma de participação nos distintos contextos sociais, no entanto, surgem algumas tendências analíticas que parecem apontar para a competência digital dos indivíduos como algo natural, espontâneo, como se cada um de nós estivesse predisposto a ela (SILVA, 2015). Apesar das mídias digitais aumentarem ainda mais as possibilidades dos cidadãos comuns de se articularem fora dos esquemas tradicionais de organização, a formação dessa esfera pública depende de outras habilidades que precisam ser mobilizadas entre os indivíduos e as conexões das redes (BENKLER apud SILVA, 2015). "A internet cria as condições para a participação no debate público, mas não torna todos os cidadãos automaticamente em pessoas engajadas nas lutas de interesse coletivo" (BENKLER apud SILVA, 2015).

Muitos trabalhos publicados hoje tendem a reforçar o papel da audiência como sempre ativa, ou mesmo interativa. Embora seja evidente a participação do público no

processo de comunicação, seria arriscado deduzir que a conexão de usuários a Internet, por exemplo, seja capaz de transformá-los automaticamente em cidadãos interativos, participativos e reflexivos.

O pertencimento ao contexto digital, e o fortalecimento da atividade e interação midiática, no entanto, implica em condições para se ter acesso a equipamentos e infraestruturas, como conexão à internet. Envolve ainda contar com uma aquisição de instrumental cognitivo, o que incluiria alfabetização digital assim como formação técnica e teórica para a participação ativa tanto na recepção quanto na provisão de conteúdos; oferecer habilidades para circular e participar na rede de informações de organizações artísticas, intelectuais, políticas de diferentes grupos; qualificação necessária para transformação e desenvolvimento de tecnologia, principalmente para realizar mudanças nas demandas pessoais e coletivas existentes nas comunidades locais assim como demais grupos que representam a sociedade (BECKER, 2008).

Novos meios, novos paradigmas

Com o avanço das TICs, vivenciamos um novo modelo de público. A participação remete a uma sensação mais intensa no que se refere a emissão e recepção de mensagens. Os canais de agora, como os da Internet, estão configurados de forma bilateral: informam e ao mesmo tempo dão voz a sua audiência. Evidencia-se que o ciberespaço modifica as relações entre emissor e receptor, tornando necessário a revisão dessas categorias. Impensável chamar de "receptor" "quando fica evidente os seus processos permanentes de experimentação e a sua produção constante de conteúdos e significações na web" (COGO; BRIGNOL, 2010).

Em “Cultura da Convergência” Jenkins (2009) analisa a evolução dos diversos meios de comunicação e defende a ideia de que o "público" assume uma nova posição no processo de comunicação. Os indivíduos desejam participar cada vez mais ativamente dos meios, compartilhando seus conhecimentos sobre os mais variados temas. No entanto, para viver uma experiência completa desse universo multimidiático, os sujeitos devem assumir diferentes papéis pelos diversos canais de comunicação e "comparar suas ideias com as de outras pessoas – como em fóruns on-line, a fim de enriquecer seu próprio conhecimento e dos outros também interessados" (ROSSI et al, pág. 5).

Os usos interativos proporcionados pelas TICs têm sido usados cada vez mais como uma forma de estar no mundo e dar um maior sentido a ele. As atividades relacionadas à rede estimulam o indivíduo a participar do conteúdo digital usando-o, modificando-o e criando-o com a finalidade de compartilhá-lo com os demais (GARCÍA, 2007).

Esse novo tipo de relação tem despertado nos estudiosos a necessidade de se aprofundar no processo de recepção nesse campo de análise. Antes da Internet, e aqui me refiro a rede tal e como a conhecemos hoje - o emissor era considerado aquele que falava, sejam imagens, palavras ou ambas ao mesmo tempo. Por sua parte, o receptor era aquele que escutava, olhava, e também aqueles que, sob certas condições, formulavam teorias e emitiam juízos de valor sobre o texto que recebia. Além disso, os chamados receptores, quando falavam, não o faziam direcionados aos que estavam detrás da tela ou do microfone (CALLEJO, 2001).

Se comparamos o modelo comunicacional da atualidade aos primeiros modelos do século XX, observamos que existe uma aproximação à fórmula teórica proposta em 1954 por Osgood y Schramm. Tal modelo identificado como “circular” reconhecia naquele momento os protagonistas de um processo de comunicação como iguais, realizando funções idênticas. As duas partes que intervêm em uma comunicação, o emissor e o receptor, realizam, na visão do autor, as mesmas funções. Há mais de cinquenta anos Schramm afirmava que era equivocado pensar no processo comunicacional como se iniciasse em um lugar e finalizasse em outro. Justamente porque para o autor esse processo é interminável. Apesar das críticas³ que surgiram para afrontar sua teoria, esse enfoque já constituía uma ruptura clara com a imagem tradicional da comunicação unidirecional (MCQUAIL, 1985).

A internet gera um modelo bilateral que contrapõe a unidirecionalidade própria da imprensa, do rádio e da televisão. Nessa mudança a rede tem um papel fundamental no sentido de disseminar as atividades culturais e políticas, levando-as também às margens sociais e alterando, dessa forma, o papel integrador e hegemônico dos meios tradicionais. Nesse contexto uma das mudanças mais significativas do cenário digital é o da participação.

³Os críticos argumentaram que a teoria dos autores não era real porque o processo de comunicação não era equilibrado: o poder econômico e o tempo destinados a comunicar era muito superior nas empresas de comunicação.

O papel da comunicação para transformação social

O acesso à comunicação por uma parcela cada vez maior da população tem potencializado formas de se comunicar em ampla escala, baseadas em redes horizontais de comunicação multidirecional e interativa, principalmente utilizando a Internet. O papel da comunicação em massa no processo de mudança social torna-se cada vez mais evidente. É nessa nova estrutura tecnológica e social que os movimentos sociais da contemporaneidade atuais se constituem enquanto mecanismos de transformação social (CASTELLS, 2013).

As novas mídias digitais exercem uma função importante nos movimentos sociais da atualidade, circulando a informação, abrindo espaços e possibilitando novas formas de participação e mobilização social. A ação política dos indivíduos conectados em rede tem favorecido o surgimento de novas dinâmicas de mobilização, de organização e propiciado o fortalecimento de sua autonomia. O caráter aberto da internet permite a união de diferentes subjetividades sem a necessidade de intermediários ou líderes, possibilitando a criação de um espaço comum em que a conexão dos sujeitos cria e recria condições para a ação coletiva (PINO, 2015).

Estamos testemunhando um crescimento dos processos de mobilização que surgem de baixo para cima. Os movimentos sociais que eclodiram a partir de 2009, entre eles a Primavera Árabe, o Movimento Occupy, os Indignados, as Jornadas de Junho, assim como outros semelhantes surgidos em todo o mundo, tiveram origem em uma grande crise econômica que sacudiu os alicerces do capitalismo informacional global, desde 2008. São movimentos que lutam por um desenvolvimento mais inclusivo. Além disso também são espaços no qual “os desempregados, os jovens, as mulheres, os pobres, os marginalizados ou simplesmente o cidadão de baixa renda exige ser ouvido” (TUFTE, 2013, p.63).

Essas ações começaram nas redes sociais digitais, considerados como espaços de autonomia, livres do controle de governos ou empresas - monopólios dos canais de comunicação- O ciberespaço possibilitou que pessoas de todas as idades e condições passassem a ocupar espaços públicos. Os movimentos, assim como suas ações, tornaram-se virais, tiveram uma difusão rápida de imagens e ideias. A Tunísia e a Islândia foram palco das primeiras manifestações. O mundo árabe vivenciou diversos desfechos, entre eles vitórias e massacres (CASTELLS, 2013). Os espaços de resistência originais foram construídos na internet. Segundo o autor, todas essas manifestações tinham uma coisa em comum: uma sensação de empoderamento originária da sensação de desprezo de seus governos e classe política, ditatoriais ou não. Provocada pela indignação gerida da

cumplicidade entre as elites, sendo elas financeiras e políticas. E foi possível devido a proximidade compartilhada nas redes do ciberespaço e nos espaços urbanos.

"Os movimentos sociais em rede, como todos os movimentos sociais da história, trazem a marca de sua sociedade. São constituídos de indivíduos que convivem com as tecnologias digitais no mundo híbrido da realidade virtual" (CASTELLS, 2013, p.170). Essa nova geração de sujeitos, possuem valores, objetivos e dinamizam formas de organização diretamente ligados à cultura da autonomia, na definição do autor:

O conceito de autonomia é mais amplo, já que pode se referir a atores individuais ou coletivos. Autonomia refere-se à capacidade de um ator social tornar-se sujeito ao definir sua ação em torno de projetos elaborados independentemente das instituições da sociedade, segundo seus próprios valores e interesses. A transição da individuação para a autonomia opera-se por meio da constituição de redes que permitem aos atores individuais construir sua autonomia com pessoas de posição semelhantes nas redes de sua escolha. Eu afirmo que a internet fornece a plataforma de comunicação organizacional para traduzir a cultura da liberdade na prática da autonomia. Isso porque a tecnologia da internet incorpora a cultura da liberdade, como mostra o registro histórico de seu desenvolvimento. Ela foi deliberadamente programada por cientistas e hackers como uma rede descentralizada de comunicação por computadores capaz de resistir ao controle de qualquer comando. Emergiu da cultura de liberdade prevalecente nos campi universitários de 1970 (CASTELLS, 2013, p. 168).

Esses novos atores da mudança social, exercem influência importante na sociedade a partir do momento em que fazem uso de mecanismos de construção do poder. Além disso, produzem mensagens nos meios de comunicação de massa desenvolvendo redes de comunicação horizontal. "Subvertem a prática da comunicação tal como usualmente se dá, ocupando o veículo e criando a mensagem. Lutam contra os poderes constituídos identificando as redes que os constituem (CASTELLS, 2013, p. 14).

Essas novas dinâmicas apresentam ainda outras características comuns: são consideradas locais e globais. Locais por terem como causa de luta contextos específicos e são globais por estarem conectadas com o mundo, recebendo e transmitindo experiências (CASTELLS, 2013). A ocupação de praças públicas como forma de resistência também tem sido uma de suas marcas. E contam com o poder da internet no que se refere à capacidade de divulgação da informação assim como a sua velocidade de transmissão. Esse aspecto foi um dos principais responsáveis pelo conglomerado de pessoas acampadas nas praças de pontos estratégicos das grandes capitais, como foi o caso dos EUA, com o Occupy Wall Street e da Espanha, com os Indignados.

Embora estejam comprometidas com a participação e com os processos dirigidos pela população, as grandes mobilizações sociais dos últimos anos estão criando estratégias de ações de forma não muito organizada, em alguns casos sem estruturas organizacionais claras, sem nenhuma estratégia de comunicação demarcada, que parecem atuar segundo as demandas, como um movimento em fluxo (TUFTE, 2013).

De acordo com os resultados do estudo intitulado *El papel de Internet y de las redes sociales en las revueltas árabes: una alternativa a la censura de la prensa oficial*, apresentado por Soengas (2013), apesar de parecer que os apoios virtuais às revoltas árabes estavam baseados em ações coordenadas, o que aconteceu não foi exatamente isso. Segundo o autor, havia uma série de atos similares que coincidiam no tempo e na mesma plataforma de forma casual. Mas, ainda assim, segundo ele, de fato existiu um importante efeito imitação, desenvolvido principalmente a partir dos primeiras declarações internacionais de solidariedade que se transformaram em um fenômeno massivo, como resultado da convocatória da rede.

Ainda assim as concentrações que aconteceram na simbólica praça *Tahrir*⁴, tanto a Internet como as redes digitais foram úteis no início das revoltas e também durante o desenvolvimento dos conflitos porque permitiu realizar o acompanhamento da evolução dos fatos. Apesar da censura imposta e dos bloqueios informativos, esse canal de divulgação conseguiu mostrar ao mundo a continuidade dos acontecimentos nesses países assim como sensibilizar a comunidade internacional e conquistar visibilidade na grande mídia.

A maioria dos jovens árabes entrevistados em sua pesquisa reconhece, porém, a falta de uma estratégia comum que tivesse permitido o desenvolvimento de uma atuação conjunta e eficaz e admite que a maioria das atividades desenvolvidas nas redes por eles eram ações espontâneas e individuais para responder de forma solidária àqueles que estavam lutando para melhorar as condições sociais de seu país. Também acreditam, que a falta de coordenação e assessoramento foi um dos maiores problemas que tiveram em todo o processo e que o sucesso da Internet e dos sites de redes sociais teria sido maior se houvesse uma estratégia comunicacional, elaborada desde o início, com critérios mais centrados em vez de desperdiçar as possibilidades da rede com informações com pouca utilidade.

⁴Na virada de 2010 para 2011 os países árabes eclodiram em uma série de protestos contra ditaduras que já duravam décadas. E a praça Tahrir, maior praça pública no centro de Cairo, tornou-se um símbolo mundialmente conhecido por se transformar em um espaço de clamor por democracia.

É evidente que no caso das mobilizações, a internet e os sites de redes sociais são úteis, entre outras coisas, para criar e promover um intercâmbio comunicativo e plural; criar mecanismos instantâneos de convocatória em massa; abrir espaços de visibilidade na comunidade nacional e internacional e difundir ideologias e propostas de transformação social. No entanto, existem dificuldades e limitações estruturais e organizacionais que não são resolvidos via Internet. Além disso existem ainda questões relacionadas às dificuldades de acesso dos que não têm o domínio da técnica e dos instrumentos imprescindíveis e necessários para a promoção de ações de construção cidadão.

Brechas, limites e desafios

Em um contexto global, a sociedade da informação abarca três tipos de realidade: a primeira, a chamada brecha digital, que resulta em um aprofundamento da divisão social, não somente no que se refere às desigualdades de acesso, mas também sobre os modos de apropriação e uso; a segunda realidade se trata da ‘supervalorização’ da informação, desvalorizando o saber tradicional não informatizado e a última se refere a governança política do mundo, que enquadra as sociedades em um sistema de participação política no qual muitos ficarão excluídos, dado as realidades anteriores (MARTÍN-BARBERO, 2009).

Para o autor, as possibilidades que abarcam o mundo digital trazem consigo uma contradição inevitável. Em suas palavras:

“De un lado, la globalización fabulosa en el proceso avasallador del mercado, un proceso que al mismo tiempo uniforma el planeta y profundiza las diferencias locales desuniéndolo cada día más. De ahí perversidad sistémica que implica y produce aumento de la pobreza, de la desigualdad de desempleo tornado ya crónico, de enfermedades que, como el sida, se tornan en epidemia devastadoras de los continentes no más pobres, sino más saqueados” (MARTÍN-BARBERO, 2009: 82).

No ponto de vista de Martín-Barbero, essa globalização também representa um conjunto de possibilidades, mudanças e misturas culturais. A existência das novas tecnologias também está sendo usada por coletivos plurais como espaço de mudança sociocultural. No entanto, essa ideia de possibilidades demanda a transformação de um sistema educativo assim como uma reforma política capaz de assumir todos esses numerosos desafios, entre os que sobressaem a substituição das velhas tecnologias pelas novas, assim como a alfabetização digital das sociedades, principalmente as que se encontram mais isoladas.

Para Subirats (2011) da mesma forma que Becker (2008), a possibilidade de dividir e de construir em comum e de colaborar para gerar bens e conhecimentos a partir da união e cooperação entre indivíduos representam vantagens marcantes no processo de construção e funcionamento das novas TICs, especialmente a internet. A ideia de comum defendida pelo autor implica na capacidade de construir um mundo, "*al mismo tiempo respetuoso de singularidad, de autonomía y al mismo tiempo basado en la comunidad, en lo que nos une*" (SUBIRATS, 2011, p. 69). Dessa forma, a internet representa um cenário de potencialidades, seja no campo político, econômico ou social.

Em contrapartida, ao mesmo tempo em que a grande rede oferece possibilidades de avançar nos espaços de autonomia, também crescem os riscos e vulnerabilidades, já que o cenário atual não trabalha com o certo, o seguro e sim com possibilidades. Para Subirats (2011) estamos em um terreno no qual crescem as desigualdades, a "heterogeneidade social", mesmo com a ideia de aproximação que o novo contexto representa. Trata-se de um terreno de paradoxos: ao mesmo tempo em que é possível ter acesso a um universo amplo de informação, muitos indivíduos não conseguem sequer aproximar-se dela. A educação, por exemplo, teve um alcance histórico e no entanto a complexidade das tecnologias criam barreiras que vão além da alfabetização. Em sua análise, se por um lado a mudança tecnológica permite reforçar a democracia e neste sentido ampliar as esferas de intervenção cidadã mais diretas e mais próximas, pode por outro lado ampliar os mecanismos de exploração e submissão.

Estamos en un momento en que los intereses colectivos precisan de fundamentos sólidos y consensos y acciones suficientemente significativas y potentes para poder tratar de responder a la ofensiva individualista de excelencia elitista, de "sálvese quien pueda", que parece presidir de manera hegemónica la escena propositiva. Entendemos que esta nueva concepción de lo público como lo común, es decir, como lo que es asunto de todos, está vinculada a una idea dinámica de ciudadanía. Una ciudadanía articulada desde los valores de igualdad de oportunidades y de condiciones de partida, de solidaridad, la democracia y la autonomía personal (SUBIRATS, 2011, p. 86).

No caso das iniciativas de participação eletrônica, segundo Marques (2016) muitas ações acabam não funcionando como se esperaria justamente por causa da falta de integração nas ferramentas digitais ao processo de tomada de decisão que acontece no campo institucional. Em muitos casos, os mecanismos tradicionais de participação quando são levados para a internet acabam criando barreiras relacionadas a plataforma digital e

inclusive criando distanciamento com relação a natureza do processo de envolvimento político ao que se estava habituado.

No caso dos orçamentos participativos, segundo o autor e com base em uma análise realizada na cidade Belo Horizonte, após um início promissor, a população perdeu o interesse de participar. Na visão do autor, as possibilidades estão divididas em algumas suposições. A primeira aponta que a responsabilidade para a falta de participação mais engajada da nova gestão, por falta de iniciativas. A segunda indica uma configuração inadequada dos recursos e ferramentas digitais e por fim, a última suposição estaria relacionada a falta de interesse da população.

Observa-se, a partir dos posicionamento dos autores expostos nesta epígrafe, que as TICs, da mesma forma que se apresentam como solução para a cidadania, também passam a constituir um grande problema ao possibilitar a existência da chamada brecha digital. Sendo assim, as vantagens trazidas por essas tecnologias da informação seriam uma 'faca de dois gumes', pois implicariam, na visão de Becker (2008) um crescimento das diferenças entre quem está e quem não está integrado às redes de computadores, considerando que essa integração teria passado a significar acesso à comunicação e expressão, lazer, participação política, programas educativos, entre outros, e inclusive, como o acesso à própria cidadania.

Conclusão

Cidadania é um conceito que vai além da noção da inclusão em sociedade, pois implica uma postura ativa no sentido não só da participação dos indivíduos dentro dos limites da democracia, mas também na busca da ampliação dessa democracia (BECKER, 2008). Nesse sentido promover a participação dos sujeitos sociais é fundamental pois permite aumentar as pressões sobre o sistema político que precisa se mostrar aberto para garantir a soberania popular (BUCY; GREGSON apud MARQUES, 2016).

Portanto, para que cada sujeito possa intervir de maneira ativa em sua realidade, a partir dos usos das Tecnologias da Informação e da Comunicação, faz-se necessário adquirir, além de possibilidades de acesso, competências e habilidades comunicativas como forma de realizar mudanças nas demandas pessoais e coletivas, colaborando para a reconstrução de seu contexto social.

Diante dessa realidade, estudos no campo da política e Internet tem destacado a necessidade acerca de se discutir com maior rigor metodológico o que vem a ser a exclusão digital, suas principais brechas e implicações. Além disso, vale a pena destacar que as habilidades necessárias para o uso de tais tecnologias são fundamentais para determinar a disposição dos sujeitos em atuar politicamente nos ambientes virtuais da sociedade em rede.

Nesse sentido, um direcionamento mais recente acerca dessa questão implica apontar não apenas as desigualdades de acesso, Conforme demonstrado por Marques (2016), mas também diferenças relativas à conexão, à equipamentos e ao grau de escolaridade dos usuários. Questões que exigem um direcionamento mais ativo por parte do poder público.

REFERÊNCIAS

- BARBERO, J. M. “Tecnología, comunicación e innovación: un estratégico lugar de la comunicación iberoamericana”. **Telos**, n. 81, p. 80-82, 2009.
- BECKER, M. L. Inclusão digital: os limites e desafios da tecnologia como fator de inclusão social e cidadania. **Emancipação**, Ponta Grossa. v. 8, p. 49-57, 2008.
- CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CALLEJO, J. **Investigar las audiencias: un análisis cualitativo**. Barcelona: Paidós, 2001.
- COGO, D; BRIGNOL, L. D. Redes sociais e os estudos de recepção na internet. **In XIX Encontro da Compós**, PUC-Rio, Rio de Janeiro, Anais, 2010.
- GARCÍA, A. G. Principios de interactividad: televisión interactiva y realidad virtual. **Centro de Estudios Superiores Felipe Segundo**, n. 7, 2007.
- JENKINS, H. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.
- KNEWITZ, A. P. Estudos culturais e cibercultura: um entrelaçamento teórico- metodológico necessário para pensar a recepção na web. **In XVIII Encontro da Compós**, PUC-MG, Belo Horizonte, Anais, 2009.
- MARQUES, F. P. J. **Ciberpolítica**. Conceitos e experiências. Salvador: EDUFBA, 2016.
- MCQUAIL, D. **Sociología de los medios masivos de comunicación**. Buenos Aires: Paidós, 1978.
- MCQUAIL, D. **Introducción a la teoría de la comunicación de masas**. Barcelona, Paidós, 1985.
- MORLEY, D. **Televisión, audiencias y estudios culturales**. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1996.

NIGHTINGALE, V. **El estudio de las audiencias**: el impacto de lo real. Barcelona: Paidós, 1999.

OROZCO, G. **Televisión y audiencias**. Un enfoque cualitativo. Madrid: Ediciones de la Torre, 1996.

PINO, E. K. B. La tecnopolítica y la acción colectiva en la sociedad red. **Razón y Palabra**. N. 89, p. 1-21, 2015.

SILVA, M. C. da. Ciberdemocracia e o aplicativo Colab em Santos: uma análise sobre participação, redes e processos de empoderamento. **In Intercom – XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Rio de Janeiro. Anais, 2015.

SOENGAS, X. El papel de Internet y de las redes sociales en las revueltas árabes: una alternativa a la censura de la prensa oficial. **Comunicar**, n. 41, v. XXI, p. 147-155, 2013.

SUBIRATS, J. **Otra Sociedad, Otra Política?** De "no nos representan" a la democracia de lo común. Barcelona, 2011.

TUFTE, T. O Renascimento da comunicação para a transformação social - Redefinindo a prática depois da 'Primavera Árabe'. **Intercom**, v.36, n.2, p. 61-90, 2013.

TORRECILLAS, T. **Los niños frente a la televisión**. Pácticas y mediación familiar. Madrid: Universitas, 2011.

ROSSI, J. C; MARRERO, J. C. F; PALUAN T. T. D. A Análise dos Estudos Culturais no Contexto da Cultura de Convergência: um Estudo de Caso sobre o papel do receptor nas Mídias Sociais **In Intercom – XVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Bauru, São Paulo. Anais, 2013.